*Artigo

A MINHA LIBERDADE VAI ATÉ ONDE A DO OUTRO COMEÇA

Recentemente foi noticiada em grandes veículos de comunicação, a atitude do prefeito da capital do Estado de São Paulo João Dória, em internar a força usuários de drogas que estão nas ruas naquela cidade.

Tal atitude iniciou-se em um projeto da gestão, que após o pleito judiciário foi permitido por meio de uma medida de urgência que depois de uma avaliação médica os usuários fossem encaminhados para as clínicas.

As equipes são organizadas pela força policial, médicos, psicólogos e assistentes sociais, que assim que avaliam a pessoa e percebem que esta no grua mais avançado da dependência o encaminham mesmo contra a vontade, tudo isto com o intuito de diminuir os usuários de crack do meio público, já que este tipo de droga vem aumentando gradativamente por ser barata e altamente viciante.

Muitas pessoas avaliam tal atitude como abusiva e ilícita, já que não é devido "prender" alguém que não comete um crime, mas apenas atenta contra si mesmo, sendo uma violação de direitos passível até mesmo de indenização por Danos morais.

Qualquer pessoa que já tenha visitado a grande São Paulo, já viu de perto a quantidade de mendigos espalhados pela cidade (nem todos são usuários de drogas), ou pelo menos já ouviu falar da famosa Cracolândia, região central que servia de abrigo para traficantes e consumidores de entorpecentes que recentemente foram expulsos da região, que embora não seja um problema da nossa cidade é um problema social.

Muitos fatores de gestão englobam usuários e mendigos, que envolvem desenvolvimento, assistência social e saúde pública, não tendo que ser encarado apenas problema de uma cidade, afinal, isto é comum em qualquer lugar no nosso país.

A atitude de apenas uma pessoa, embora na frente de uma gestão de uma metrópole, chamou tanto atenção pois é algo que um prefeito tomou partido para que se resolva um contraste geral que afeta o coletivo.

Enquanto existem muitas criticas de que internar ou prender mesmo contra a vontade um cidadão que usa de drogas é uma violação dos direitos basilares, fica o questionamento se deixar estas pessoas soltas por um argumento "de fazerem mal apenas pra si próprias" não é tampar o sol com a peneira, afinal indiretamente são os usuários que atentam contra a estabilidade da segurança contra cidadãos comuns.

Os dependentes usam da sua liberdade para consumir um produto que é ilícito, já iniciando uma conduta abusiva que coloca uma instabilidade para toda a sociedade, já que esta prática financia o crime. Depois isto perde o próprio controle, fazendo que a dependência torne as ruas um ambiente hostil e perigoso avançando contra a liberdade dos outros.

Uma organização democrática e livre nunca exige nada contra a natureza, mas a democracia tem como finalidade maior o bem coletivo e é desta forma que se estende para pense e atinja um bem de todos.

Ficar preso a críticas mesquinhas para assegurar o direito de um terceiro que nem mesmo tem consciência disto, não é não lutar para minoria, mas sim não proporcionar algo realmente bom para este cidadão se recupere, afinal este nem mesmo está no controle de suas faculdades legais por completo.

Às vezes 'atitudes extremas' embora não recomendadas, de uma forma bem estudada, é a única maneira de agir contra um mal de tamanha proporção como é visto na Cracolândia, sendo que liberdade do usuário que se droga nas ruas não é maior do que a do cidadão que sofre com esta violência no seu dia-a-dia.

Alice Cazzuni Defant
Acadêmica de Direito

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Maykon H. M. Campos
Guilherme Coutinho
Vitória Bertol
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

Seletivo Unemat

O novo Processo Seletivo da Unemat, que está com inscrições abertas, irá formar cadastro de reserva de Professores da Educação Superior, para atuarem no Campus de Tangará da Serra. São disponibilizadas vagas nas grandes áreas de Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências Exatas e da Terra, Letras Linguística e Artes e Ciências Humanas, nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Economia, Matemática/ Estatística, Língua Portuguesa, Educação e Psicologia. O profissionais contratados atuarão em jornadas de trabalho de 20 horas semanais, com remunerações que variam de R$ 2.437,03 (Graduação); R$ 4.532,83 (Mestrado) a R$ 5.605,13 (Doutorado), conforme o grau de titulação. As inscrições deverão ser realizadas de 1 a 12 de junho, apenas em dias úteis, no horário das 14h às 17h e das 19h às 21h, na Coordenação dos Cursos. A avaliação dos concorrentes constará de três fases, sendo Prova Escrita, Avaliação de Currículo e Prova de Desempenho Didático. As etapas estão previstas para serem realizadas nos dias 14 e 19 de junho.

Avaliação

A Secretaria de Estado de Educação lança nesta quinta-feira, 1º, a Avaliação Diagnóstica do Ensino Público do Estado de Mato Grosso (Avalia-MT/2017), programa que visa a elaborar um panorama da educação estadual e traçar diretrizes para os próximos anos. O lançamento será realizado no Palácio Paiaguás.

Avalia MT

Em 2016, a Seduc realizou uma avaliação que contemplou mais de 160 mil alunos da rede do 2º, 4º; 6º e 8º anos do Ensino Fundamental e 1º e 2º anos do Ensino Médio, de 469 escolas estaduais urbanas, 12 de educação do campo e duas unidades quilombolas. O resultado foi utilizado no planejamento de 2017.

VLT

O governador Pedro Taques (PSDB) encaminhou à Assembleia Legislativa um projeto para autorização de empréstimo de R$ 800 milhões na Caixa Econômica Federal para a conclusão das obras do VLT, que estão paradas desde dezembro de 2014, em Cuiabá e Várzea Grande, região metropolitana da capital.

Fies

O prazo para fazer a renovação de contratos do Fies no primeiro semestre de 2017 foi prorrogado para 16 de junho. O FNDE decidiu estender o prazo para que nenhum estudante seja prejudicado. Até então, a data limite para realizar o aditamento era dia 31 de maio. Cerca de 1,28 milhão de contratos devem ser aditados neste semestre.

*Bastidores da Política

ISS

O plenário do Congresso Nacional derrubou, ontem à noite, o veto do presidente Michel Temer relativo à lei que previa a redistribuição da arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS) para o local de consumo do serviço. Os deputados rejeitaram o veto por 371 votos a 6, e os senadores, por 49 votos a 1.

Redistribuição

A derrubada do veto era uma das principais demandas da Marcha dos Municípios deste ano, que há duas semanas reuniu milhares de pessoas em Brasília. Ao vetar a medida, o Planalto impediu a redistribuição às prefeituras dos recursos arrecadados em operações de cartões de crédito e débito, de arrendamento mercantil e de serviços de saúde.

Mato Grosso

De acordo com o cálculo da CNM, com a derrubada do veto, os município de Mato Grosso receberão anualmente mais de R$ 90 milhões. Cuiabá deve ficar com a maior fatia (R$ 24 milhões), seguido de Rondonópolis (R$ 7,7 milhões), Várzea Grande (R$ 6,7 milhões), Sinop (R$ 5,2 milhões), Sorriso (R$ 4,7 milhões), Primavera do Leste (R$ 3 milhões).

Tangará da Serra

O município de Tangará da Serra passará a receber R$ 2,2 milhões, ficando atrás de Lucas do Rio Verde (R$ 2,5 milhões), "empatada" com a cidade de Nova Mutum (R$ 2,2 milhões), e a frente ainda das cidades de Cáceres (R$ 1,4 milhão) e Alta Floresta (R$ 1 milhão). Pelo texto aprovado, o ISS passa a ser cobrado no município onde o serviço é consumido.

Mais 22 anos

A juíza Selma Arruda, da Sétima Vara Criminal de Cuiabá, condenou, no último dia 24 de abril, o ex-deputado José Riva a 22 anos, 4 meses e 16 dias de prisão em regime fechado. Segundo a magistrada, ele desviou R$ 4,2 milhões por meio de uma empresa de fachada, a Prospecto Publicidade. Essa é a 2ª condenação de Riva na operação Arca de Noé.

Escândalo dos grampos

A sargento da Polícia Militar Andrea Pereira de Moura Cardoso, suspeita de fazer parte de um esquema de escutas clandestinas de advogados, jornalistas, políticos e médicos feitas pela PM, contou à Corregedoria Geral da corporação sobre a existência de uma central de interceptações fora do Comando Geral da PM.

Depoimento

No depoimento prestado no último dia 26, ela afirmou ter executado o serviço para cumprir ordens dos superiores. Andrea disse ter cumprido determinação dos coroneis Zaqueu Barbosa e Airton Siqueira, atual secretário de Justiça e Direitos Humanos. Na época, Zaqueu era comandante da corporação e Siqueira era chefe do Ciopaer.

Central clandestina

Inicialmente, as escutas eram feitas em um apartamento no Centro de Cuiabá. Os trabalhos no apartamento foram feitos até julho de 2015, quando Andrea foi informada de que deveria dar continuidade ao serviço no computador pessoal dela. A sargento prosseguiu com a demanda até setembro de 2015.

Empresários farão reunião para discutir implantação da Zona Azul

Empresários associados à Acits se reunirão hoje, às 19h00 para tratar sobre a implantação da Zona Azul em Tangará.

"Nós somos representantes da classe empresarial e não podemos, em momento algum, fugir da raia. Temos empresários favoráveis e temos empresários contra a Zona Azul", explica o presidente, Vander Masson.

"Estamos fazendo um chamamento a toda a classe empresarial associada para que venha participar conosco às 19 horas para debater esse assunto. A proposta é apresentarmos sugestões para o prefeito para fazer algumas adequações para que o projeto possa existir, mas que atenda, de fato, a necessidade de todos", acrescenta.